

ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham na sessão desta quarta-feira pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quero começar este pronunciamento fazendo a leitura da nota do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina e também da Federação Nacional dos Jornalistas.

"Contra a irresponsável demissão em massa no Grupo RBS". É este o título da nota da Fenaj que passo a ler na íntegra.

(Passa a ler.)

"A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e os Sindicatos dos Jornalistas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com apoio dos Sindicatos do Paraná e do Norte do Paraná/Londrina, manifestam indignação e protesto pela atitude do Grupo RBS que anunciou, nesta segunda-feira (4), um processo de demissão em massa de 130 trabalhadores, principalmente do segmento de jornais impressos, ao mesmo tempo em que seu presidente, em comunicado aos 'colaboradores', gaba-se do excelente momento vivido pela empresa. Além de denunciar internacionalmente este ato de irresponsabilidade, acionaremos a Justiça para assegurar os direitos dos trabalhadores.

A insensibilidade do Grupo não se manifestou somente no comunicado feito nesta segunda-feira, mas já vem se verificando há meses, com a demissão de dezenas de profissionais, muitos deles com mais de 20 anos de serviços prestados.

Sob o argumento de preservação do seu projeto empresarial, o Grupo RBS opta, sem qualquer desfaçatez, por desprezar o impacto social de suas iniciativas e manda centenas de 'colaboradores' para o olho da rua. Ao que tudo indica, o Grupo caminha aceleradamente para o sonho que alimenta há tempos: fazer 'jornalismo' sem jornalistas e, de quebra, distanciar-se de sua atividade-fim, fechando os jornais e ampliando seu 'vínculo' com o leitor por meio da venda de vinho e cerveja pela internet.

O comunicado do presidente do Grupo RBS aos funcionários soa como um deboche. Ao enfatizar que a RBS não passa por uma crise financeira, ele afirma que as 130 demissões são necessárias para buscar maior produtividade e eficiência, 'principalmente na operação de jornais'. Para bom entendedor, significa ampliar o lucro com a redução de pessoal e sobrecarga de trabalho aos que permanecerem no quadro de funcionários.

Destaque-se que em nenhum momento o Grupo RBS procurou as entidades representativas dos trabalhadores para discutir alternativas que evitassem os cortes de pessoais.

Os quatro Sindicatos de Jornalistas do sul do país estão, neste momento, em negociação salarial com as empresas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Nos três estados, o comportamento patronal tem sido semelhante, marcado pela intransigência, pelo desrespeito e pela desvalorização do trabalho dos jornalistas. Os patrões espalham o terror, com ameaças e efetivação de cortes como esses ocorridos no Grupo RBS, buscando desmobilizar a categoria e obrigá-la a se sujeitar a salários e condições de trabalho aviltantes.

Em repúdio e protesto especialmente contra a demissão em massa anunciada nesta segunda pelo Grupo RBS, os quatro Sindicatos do sul, sob a liderança da Fenaj, já organizam um grande ato unitário para as próximas semanas, reunindo as entidades e jornalistas de toda a região.

A Fenaj, o Sindjors e o SJSC também já buscam, na Justiça, reverter as demissões imotivadas, garantir os direitos dos trabalhadores, além de outras medidas contra a política de terror que se instaurou no Grupo RBS, principalmente nos últimos meses.

Brasília, 5 de agosto de 2014." [sic]

Essa, então, é a nota da Fenaj e sindicatos que repudiam a demissão de 130 trabalhadores do Grupo RBS no estado de Santa Catarina. O nosso dever de ofício em defesa das classes trabalhadoras e dos demais segmentos de base da sociedade catarinense é fazer a leitura desta manifestação da Fenaj.

Outro tema que não posso deixar de abordar são os massacres impertinentes, reiterados, criminosos, aviltantes da humanidade, que Israel comete contra o povo da Palestina, na Faixa de Gaza.

Mais de 1,8 milhão de palestinos estão vivendo hoje num território menor do que esta ilha de Santa Catarina. Uma faixa de terra de 10km de largura por 30km de comprimento, que abriga mais de 1,8 milhão de pessoas, o que dá uma densidade demográfica de 5.046 pessoas por km².

Sobre esta área são atirados mísseis e bombas, de forma reiterada. É evidente que, com uma densidade demográfica dessa, é impossível que não haja a morte de pessoas inocentes, de civis, de crianças, de idosos, de mulheres.

Por mais que os organismos internacionais, incluindo a ONU, manifestem que são atos criminosos, por incrível que pareça, as grandes potências lavam as mãos e nada fazem com o objetivo de preservar a vida, preservar a humanidade.

Sou batizado católico, cristão, tenho convicções políticas. Embora não seja praticante de nenhuma das religiões cristãs, deputado Kennedy Nunes, e desconheça qualquer religião do mundo, seja Judaísmo, o Budismo, o Islamismo, o Cristianismo, que pregue a possibilidade e o direito de um ser humano matar o seu igual.

E muito menos, matar por razões econômicas ou por razões raciais. E o que tem acontecido naquela região do mundo é que Israel está buscando aniquilar um povo com o uso da força. Mais de 1.800 palestinos já morreram, a imensa maioria, civis, e uma proporção de cerca de 30% crianças. Do lado de Israel, 68 mortos, apenas três civis.

Claro que nenhuma morte é desejada, desejável, e temos que repudiar toda forma de violência por interesse, seja econômico, civil, racial, étnico ou religioso. Quero repetir que desconheço um Deus que mande matar. Estão matando por razões econômicas e, inclusive, usam a religião como escudo para realizar o seu interesse de rapina sobre outros territórios. É inadmissível que a humanidade se cale diante desses fatos!

O povo da Palestina, assim como o resto do mundo, tem direito a um território, tem direito de viver em paz e é necessário, possível, defender, inclusive, deputado Kennedy Nunes, a esquerda israelense, que defende a possibilidade de criar, em toda aquela região, um estado laico para que muçulmanos e judeus possam viver em paz.

É isso que defendemos e é isso que é possível construir, se não houver interesse econômico estratégico, militar, inclusive das potências

imperialistas do mundo. Curiosamente, nesta conjuntura, os Estados Unidos, Barack Obama, anuncia que vai repassar US\$ 225 milhões a Israel para manter um sistema de defesa.

Não seria mais prudente esse mesmo dinheiro para garantir que Israel não continuasse atacando o povo indefeso da Palestina, as criancinhas da Palestina? Como alguém pode me fazer crer que as crianças da Palestina são diferentes das crianças de qualquer parte do mundo? Isso é inadmissível. E a humanidade precisa manifestar solidariedade.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Presidência registra o falecimento ocorrido, hoje, do sr. Artur Graciola, na serra catarinense. Ele que foi o fundador do Fazzenda Park, um dos grandes hotéis de Santa Catarina. Um homem que com amor e carinho cultivou cada pedacinho da bela paisagem do Fazzenda Park e transformou o impossível em um dos maiores orgulhos da família dos colaboradores do Brasil. Ele era conhecido como vô Artur.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o presidente deputado Kennedy Nunes, os srs. deputados e sras. deputadas, de forma especial o meu colega de bancada deputado Manoel Mota, que vem com saúde e energia participar dessa eleição que se aproxima.

Mas o meu tema hoje é o médico e a política. Participamos de uma palestra, juntamente com mais 100 médicos, no dia 28 de junho, com o objetivo de traçar rumos da política da classe médica de Santa Catarina.

Uma das manchetes foi: "Médicos catarinenses posicionam-se contra o governo federal e projetam mudanças nas eleições." Foi, sem dúvida, um tema importante discutido na 17ª edição do Fórum das Entidades Médicas de Santa Catarina, realizado em Brusque no dia 28 de junho, que teve como tema principal o tema: o médico e a política. Foi a

forma encontrada pelo Cosemesc, que organiza o evento, de unificar os discursos das entidades médicas e dos médicos catarinenses em torno de uma postura para se adotar nas eleições e 2014.

Não podemos aceitar sermos governados por um grupo de políticos que vendeu ao povo brasileiro um sonho de mudança, que assumiu o governo e mostra que está disposto a nele permanecer de maneira, nada democrática. Escolheram os médicos como um dos principais alvos de ataque, como se profissionais de saúde fossem os culpados pela incompetência e ingerência na saúde pública do país, afirmou Cyro Soncini, coordenador do Cosemesc e presidente do Simesc, na abertura do evento. Era o partido da ética. Que desgraça! Essa foi a declaração do dr. Xuxo, que participou desse importante fórum médico na cidade de Brusque.

Nós também participamos defendendo a classe médica e assim nos pronunciamos, mantendo o compromisso com os médicos e com a população do meu estado. Os estrangeiros trazidos para disfarçar a incompetência governamental vulgarizam a nossa profissão, ignoram o Revalida, que é o meio que temos para que o nosso conhecimento seja reconhecido.

Do médico gaúcho, dr. Gilberto Mauro Scopel de Moraes: "Não somos culpados, não somos mercenários, não somos insensíveis e não somos irresponsáveis." Ele ainda frisou que a campanha difamatória contra os médicos, para destruir a imagem dos profissionais, falando que somos apontados como os culpados, mercenários, insensíveis e irresponsáveis. Nós médicos, somos 420 mil brasileiros que devemos ser trocados por estrangeiros? Para eles nós não temos passado e nem futuro. Temos certeza de que o orçamento anual do ministério da Saúde é algo em torno de R\$ 100 bilhões, mas R\$ 3,6 bilhões foram entregues ao fundo do partido, para reformar o porto de Cuba. Somem os valores e vejam o quanto poderia ter sido investido a mais na saúde.

Também foram tratados temas como: "Este governo atual não trabalha com a verdade. Ele manipula a mente."

Essas foram as palavras do presidente da associação médica brasileira, Florentino de Araújo Cardoso Filho, que foi o principal representante nacional dos médicos presente na 17ª Femesc.

“O governo do Brasil investe menos que a Argentina. O Brasil investe US\$ 512 por pessoa/ano e a Argentina investe US\$ 566 por pessoa/ano.” Precisamos aumentar os investimentos em saúde no país.

Os municípios investem muito mais do que a lei determina. A maioria dos estados de Santa Catarina está comprometida com a saúde, eles investem 23%, 26% e até 30% do seu Orçamento na Saúde. É uma função do município, mas é também do estado. O governo deste estado investe 12%, como diz a lei, na Saúde do estado de Santa Catarina, e o governo federal investe quanto? Precisamos de uma política mais coerente e compatível com as necessidades da Saúde. Precisamos de mais verbas destinadas à Saúde.

Fizeram a Emenda n. 29, e o que aconteceu? Simplesmente desapareceu. Os recursos não vieram para a Saúde, foram para outros setores. Então, hoje, queremos, sim, que o governo federal tenha um rumo mais definido para a Saúde. Assinamos um documento para que 10% do PIB brasileiro seja destinado à Saúde. O que aconteceu com o documento que assinamos? O que aconteceu com todo o trabalho realizado no sentido de fazer com que o Congresso Nacional mudasse o Orçamento da Saúde?

Então, precisamos ficar de olho na Saúde do estado de Santa Catarina e do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e estimados catarinenses que acompanham esta sessão, vou abordar o tema da infraestrutura, já que, nesta manhã, abordei a questão da saúde.

Quero dizer, deputado Antônio Aguiar, que realmente precisamos fazer mais e melhores investimentos em saúde, agora, para ser prioridade, isso tem que também estar no Orçamento. O estado de Santa Catarina aplica o mínimo dos mínimos em Saúde, porque 12% equivale ao mínimo, e ele aplica rasos 12%. Então, isso não é prioridade. Acho que o governo do estado deveria repensar os seus investimentos no setor de saúde e se engajar nesse grande esforço nacional que está sendo feito para que haja uma melhoria, de fato, na saúde pública catarinense.

Gostaria de abordar nesta semana um assunto que já venho falando há algum tempo. Falei ontem sobre a infraestrutura rodoviária em Santa Catarina, mencionei uma série de rodovias que estão em estado precário, especialmente a SC-355, um trecho paralisado de obras no município de Jaborá.

Falamos da situação também da rodovia que liga Seara a Chapecó, que precisa de uma revitalização urgente.

Hoje, quero fazer menção há duas rodovias federais, porque julgo importante comentar sobre isso, já que elas estão no debate para serem incluídas no PAC 3, para que sejam feitas melhorias de duplicação.

A primeira delas é a BR-282, que corta toda Santa Catarina, a partir do extremo oeste vindo por São Miguel d'Oeste passando por Chapecó, na altura de Irani, depois de Joaçaba, Lages, chegando até a nossa Ilha de Santa Catarina. Essa é uma das BRs mais perigosas, inclusive pela sua característica geográfica de muitas curvas, aclives, declives, portanto, é uma das rodovias mais perigosas em Santa Catarina e tem feito um número grande de vítimas. Nós entendemos que são necessárias melhorias urgentes, no sentido da sua recuperação, em função do excesso de chuvas que ocasionou problemas, mas falo mais da questão estrutural, que é a questão futura da sua revitalização total e, preferencialmente, da sua duplicação em todo o seu trecho. A SC-282 é fundamental para o desenvolvimento de Santa

Catarina. Nós percebemos a diferença quando passamos por Lages, onde se está concluindo a travessia urbana da duplicação, como fica mais dinâmico, como melhora a segurança. Digo o mesmo em Xanxerê, onde houve tantas manifestações e protestos quando estava parado lá e agora vemos as melhorias que estão sendo feitas na rodovia. Então, a 282 é uma rodovia que precisa, em toda ela, de duplicação. Nós defendemos a sua efetiva inclusão nas obras do PAC 3 para a sua duplicação.

E a segunda rodovia que defendemos e queremos registrar aqui, inclusive, que recebemos um documento da Amures assinado por diversas entidades, capitaneado pela prefeita da cidade, que é presidente da Amures, que defende novos investimentos para a BR-116, melhorias e investimentos que beneficiarão a cidade por intermédio de passarelas, passagens seguras, vias laterais, pista de rolamento, trevo de acesso, enfim, obras que garantirão mobilidade e a livre circulação das pessoas. Essas obras não estão previstas em contrato e agora os prefeitos estão mobilizando-se.

Então, são duas rodovias importantes que nós defendemos para a inclusão no PAC 3 na sua efetiva concretização dos investimentos através do ministério do Transporte, do DNIT. Quero fazer uma referência ao ex-superintendente do DNIT, o João José, que fez um belo trabalho à frente desse órgão. Nós precisamos que esse trabalho prossiga para que possamos ter perspectiva, a curto e médio prazo, de ter essas rodovias ampliadas, duplicadas, que são tão importantes.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Sendo da região e vendo a sua preocupação com as rodovias, quero estender e reforçar o seu discurso. Quando estive, na semana passada, reunido com o presidente do Sicom, da Acic e do CDL, de Chapecó, as reivindicações eram no mesmo sentido.

Então, para reforçar, trata-se de três entidades muito importantes para toda nossa região

que estão solicitando o empenho desta Casa para acelerar esse processo.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Deputado, agradeço por contribuir e incorporo o seu aparte na minha fala. Isso demonstra o esforço das entidades para que tenhamos, efetivamente, essas rodovias incluídas nas obras estruturantes que deverão ser encaminhadas nos próximos anos, nesse caso, obras federais.

Quero ao final de minha fala, dizer que também temos uma expectativa positiva de ver o andamento da concretização do sonho das nossas ferrovias. Temos projetos de estudos, agora, saindo das ligações das ferrovias, sendo uma delas, a que liga o extremo oeste catarinense ao oeste, o litoral aos portos, que antigamente se chamou de Ferrovia do Frango, mas é muito mais do que isso, é a Ferrovia da Integração. E esperamos que sigamos adiante na defesa disso, que nos dará melhor infraestrutura de transporte para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Não temos mais oradores inscritos para falar em Breves Comunicações.

Esta Presidência solicita aos srs. deputados, que se encontram em seus gabinetes, que compareçam ao plenário, pois hoje, teremos duas medidas provisórias para serem votadas, às 16h, e precisamos de quórum qualificado.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, companheiros e amigos que prestigiam esta sessão. Temos um amigo nos visitando, que teve empresa de turismo, grande companheiro.

Quero, hoje, fazer algumas considerações e dizer que Santa Catarina é um estado de muita competência e criatividade, mas nem tudo que tentamos levar à frente dá certo, a exemplo do investimento que os empresários da região de Laguna, Tubarão, Imaruí e Jaguaruna fizeram na criação de camarão em cativeiro. E o crescimento foi extraordinário, o que significava muitos recursos no bolso daqueles que investiram na criação de camarão em cativeiro. Depois de o produto estar quase pronto, apareceu a mancha branca que levou os empresários a liquidar toda a produção e paralisar aqueles investimentos da referida atividade econômica.

Portanto, um prejuízo muito grande para a região. Sou de Santa Catarina e sei que neste aspecto Laguna, Imaruí, Tubarão, Jaguaruna e região tiveram um prejuízo grande, sem limites.

Por isso, o Jarrão, ex-vereador da cidade de Tubarão esteve no meu gabinete e me deu uma ideia. Ele perguntou se eu aceitava ideias? Eu respondi que poderia aceitar. A ideia era que eu procurasse a Universidade Federal e a Epagri para planejar a criação de alevinos de tainha em cativeiro, já que a tainha chega ao nosso estado no inverno, e essa época é especial para os pescadores do nosso estado, mas, atualmente, a tainha está desaparecendo do mar de Santa Catarina.

Depois de muitas reuniões na Universidade Federal, com a Epagri, com a Fapesc, com os técnicos destes setores, conseguimos elaborar um projeto arrojado e bonito para que pudéssemos convencer o governo do estado a investir. E começamos pela região do Camacho, na pontinha da Interpraias, lugar que já conquistamos uma parte. Lá existe o restaurante dos Lagos, que descobriu um lençol freático e investiram na utilização de água potável, mas quando extraíram a água, perceberam que se tratava de água salgada, água do mar. E o que aconteceu? Os biguás devem ter comido as tainhas-de-corso, ovadas, que foram levadas para a lagoa e, quando o dono do restaurante dos Lagos viu, a lagoa estava repleta de tainhas.

Hoje, na minha concepção, essa lagoa é uma das coisas mais lindas que já vi na minha vida, e olha que já visitei aproximadamente 40 países, mas e em nenhum deles eu vi uma beleza tão grande. Quando se joga um pedaço de pão na água não se vê água, só tainhas de aproximadamente 2Kg para mais. O dono do restaurante - e eu tenho até que fazer uma homenagem para ele neste Parlamento -, começou a ceder as matrizes de alevinos ao laboratório da Universidade Federal e, atualmente, meu caro presidente, deputado Joares Ponticelli, temos alevinos de tainha. Isso significa que o Brasil vai conhecer mais ainda Santa Catarina, porque foi iniciado um trabalho que será reconhecido em todo o país: a criação de tainhas em cativeiro.

Agora no inverno, muitos pescadores de tainha-de-corso cederam alevinos e hoje o laboratório da Universidade Federal faz um trabalho extraordinário de criação de alevinos de tainha.

Por isso, nasce uma esperança, uma luz, um momento de perspectiva, de recuperação para aqueles que investiram na criação de camarão em cativeiro e que tiveram prejuízos.

E nós esperamos que isso aconteça. Tudo fruto de uma pessoa que tem uma visão extraordinária, que é o ex-vereador Jarrão. Ele é o criador dessa ideia, encampada por todos os empresários de Tubarão e região. E hoje já estamos colhendo os frutos de Santa Catarina ser pioneira na produção de alevinos e de tainha para o Brasil.

São coisas assim que fazem com que fiquemos bem melhor conosco mesmo, que nos faz encher de energia, porque vemos luz de esperança na geração de emprego, de renda, de transformação do sul do estado em turismo, porque aquelas tainhas nas lagoas pulando serão um atrativo para o turista e, na hora certa, a produção, para render também dinheiro.

Então, acredito que no Brasil, mas muito mais em Santa Catarina, com a criatividade da nossa gente, há muita esperança! E a esperança está vindo do lado do sul. Por quê? Porque, modéstia à parte, 20% deste Parlamento teve a competência de

se unir para buscar solução e desenvolver a região.

Por isso que o nosso porto de Imbituba é considerado um dos portos mais seguros de Santa Catarina. Há o nosso aeroporto de Jaguaruna, que é um aeroporto alternativo, porque ele vai significar uma rota alternativa para Florianópolis, para Curitiba, para Navegantes, para Joinville e para Porte Alegre, pois lá não há nevoeiro nem morro. Quer dizer, quando ocorrer algum problema, o aeroporto de Jaguaruna será o aeroporto que irá socorrer.

Por esta razão, hoje, estamos preparados para esse salto de qualidade no sul, fruto do nosso porto, do nosso aeroporto. E a BR-101, na minha concepção, é o tripé do desenvolvimento do sul do estado, e por isso estamos começando a colher os frutos.

A Cimolai já tem o terreno que está escriturado e vai começar a construção da quarta metalúrgica do mundo. E só vai construir por causa do porto, do aeroporto e porque há como escoar a produção na BR-101. Apesar do atraso, ela está andando. Então, temos muito ainda para investir.

Estamos vivendo agora um momento político, cada um buscando o seu espaço, mas espero que a partir de 6 de outubro possamos botar essas bandeiras para trás e juntar as forças políticas em defesa de Santa Catarina, em defesa do povo catarinense, em defesa do sul do estado, para que possamos construir, cada vez mais, um estado de referência para o Brasil.

O governador Raimundo Colombo, quando se refere a empregos em nosso estado, diz que 3% apenas não têm carteira assinada. Então, hoje somos os campeões do Brasil e quase do mundo. Somos o segundo no mundo gerando mais emprego. Isso significa uma luta, um trabalho, uma dedicação, e este Parlamento tem contribuído com o governo do estado, como contribuiu o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, para que pudéssemos chegar a esse patamar da descentralização, para que as pessoas não precisem sair do interior para

os grandes centros. As favelas desapareceram em razão da descentralização.

Então, estamos vivendo um momento muito importante em Santa Catarina e precisamos, sim, continuar com a mesma garra, determinação e responsabilidade por Santa Catarina, pelo povo e também pela região sul do estado, que lá está o nosso coração, deputado Carlos Stüpp, que é de Tubarão e também veio contribuir muito nessa caminhada.

Por isso, queremos, hoje, deixar registrado que as nossas obras do sul estão caminhando aceleradamente e muito bem. Precisamos continuar com essa unidade porque a vitoriosa disso tudo tem quem ser a população. Ela elege um político para buscar resultados, ter dias melhores e desenvolver a sua região, e este é o espírito que norteia a minha vida no dia a dia aqui no Parlamento.

Portanto, queremos agradecer a todos os parlamentares que, em momentos difíceis, sempre contribuíram para que pudéssemos fazer com que o gigante adormecido, o sul, começasse a dar alguns passos. E, com certeza, cada vez serão passos maiores.

Queremos aqui, sr. presidente, deixar o nosso agradecimento ao povo catarinense e dizer que estamos preparados para muitas missões. Ainda temos muita energia para trabalhar e buscar resultados. E o que o povo espera é isto: resultado!

Por isso, quero aqui fazer uma referência: este Parlamento é composto por homens de bem, trabalhadores, seja de Oposição ou Situação. Por isso, posso dizer que tenho orgulho de estar no Parlamento de Santa Catarina e de defendê-lo, assim como também os parlamentares, seja de Situação ou Oposição, porque todos trabalham com convicção, e é isto que o povo espera!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado! V.Exa. está animado com o resultado do exame na mão!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Kennedy Nunes, quero apenas cumprimentar o deputado Manoel Mota, que está bastante animado. E isto é bom, deputado. Eu fico muito feliz de ver v.exa. alegre, defendendo o nosso estado e a nossa Casa.

Mas quero cumprimentar os vereadores Guinho e Valdelir Francisco de Souza e também o Ênio, do jornal *O Tempo*, de Capinzal, e desejar-lhes boas-vindas à Casa do Povo.

Parabéns pelo trabalho que fazem e sejam muito bem-vindos entre nós!

Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Daniel Tozzo, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Quero cumprimentar o sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, os deputados e as deputadas aqui presentes, os visitantes que acompanham hoje esta sessão - a Casa está cheia e é importante receber o povo catarinense aqui -, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e os telespectadores da TVAL.

Eu volto à tribuna, hoje, para complementar o assunto que tenho debatido bastante com as lideranças de Chapecó e de toda região oeste, que é diretamente relacionado à infraestrutura e também à segurança pública da nossa região.

Mas antes disso quero agradecer a dois familiares: aos srs. Luiz Tozzo e Severino Tozzo pela lembrança de ter mandado para mim um vídeo da Ludovico Tozzo, uma grande empresa no oeste de Santa Catarina. Parabeniza-os pela bela história e gostaria de dizer, não apenas como familiar, que esta Casa fica feliz por saber da importância da riqueza em geração de emprego e arrecadação que

toda essa empresa está desenvolvendo no estado de Santa Catarina.

Estarei lá na sexta-feira e no sábado para dar um abraço pessoalmente a vocês e parabenizá-los diretamente.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Daniel Tozzo, quero com a sua permissão, associar-me a esta homenagem dos 60 anos da indústria e do comércio da família Tozzo.

Nós sabemos a importância que essa família tem para o progresso e para o desenvolvimento de Santa Catarina, principalmente para o meio-oeste e para o oeste catarinense. Quando se fala nesse sobrenome, reconhece-se nesses pioneiros, nessas pessoas, o trabalho que fazem em muitos setores para o desenvolvimento do nosso estado.

Quero cumprimentá-lo e dar os parabéns a v.exa., que esteve durante alguns meses nessa legislatura entre nós. Eu torcia que v.exa. fosse candidato mais uma vez, mas v.exa. preferiu cuidar dos negócios e deixar a política, mas aqui deixa a sua marca.

Meus parabéns!

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa, grande amigo, fico feliz com as suas palavras. Certamente, toda a minha família assim fica. Mas quem sabe, no futuro, voltaremos com uma situação mais forte e com mais experiência para continuar a trabalhar.

Mas, enfim, voltando ao assunto das rodovias e da segurança pública de Chapecó e região, gostaria de frisar a importância que tem, como bem aqui falou o deputado Neodi Saretta, a questão da duplicação da BR-282. Vejo talvez como mais importante até do que a ferrovia, neste momento, porque não se trata apenas de escoar a produção, mas, sim, e principalmente, porque não passa uma semana ou menos ainda, três dias, em que não ocorra um grande acidente com vítimas, muitas vezes, fatais.

Então, realmente, uma rodovia da década de 70! Permitam-me até fazer uma leitura da grande pauta de reivindicações que recebi do presidente da Acic, sr. Bento Zanoni; do sr. José Carlos Benini, presidente do CDL e do sr. Marcos Antônio Barbieri, presidente do Sicom.

Inclusive, irei ler o trecho de justificativa para a duplicação da BR-282, escrito pelas entidades.

(Passa a ler.)

"Embora sejamos conhecedores de que a competência desta matéria é do governo federal, através do Ministério dos Transportes e do DNIT, a região oeste sofre com uma rodovia construída para um fluxo de veículos dos anos 70, transformando-se em um limitador para o desenvolvimento econômico regional, uma vez que nossas empresas transportam suas mercadorias a custo operacional elevado, seja pelas condições da rodovia, bem como pelo elevado tempo de transporte, justificado pelo crescente volume de veículos. Além deste fator, salientamos as inúmeras vidas que são perdidas todos os dias nesta rodovia, as quais não são possíveis as de serem mensuradas economicamente, mas que comprovadamente são perdas irreparáveis. Assim, solicitamos o vosso empenho junto ao governo federal e à Bancada Parlamentar Catarinense no sentido de pressionar para a finalização das obras já iniciadas e a urgente duplicação dessa rodovia." [sic]

Realmente, entendemos essa importância e estaremos aqui lutando, juntamente com os nossos deputados federais e estaduais, que representam o nosso estado, e com o nosso governador, para que seja continuada essa duplicação que iniciou em Xanxerê, mas ficou muito tempo paralisada, e hoje está quase concluída, lá em Xanxerê, graças ao empenho de todos. Na minha modesta opinião, a duplicação dessa rodovia é mais importante até do que a ferrovia, porque nossa região depende muito dela, assim como as demais, mas, principalmente a região oeste.

No aspecto de segurança pública, em Chapecó, deputado Neodi Saretta, e não deve ser em

Concórdia, vemos um crescimento acelerado. Mas o crescimento traz, sim, problemas que talvez há 15, 20 anos, não estávamos acostumados, como o crescente número de assaltos, tráfico de drogas, que talvez, seja, hoje, o principal problema.

Não sei, mas tenho impressão de que em cidades do interior, quando há um crescimento rápido, esses problemas crescem de forma mais rápida, talvez porque o hábito, porque a forma de viver no interior seja um pouco diferente, as pessoas têm confiança umas nas outras, o que acaba facilitando o crescimento da coisa errada, o crescimento dessas situações que envolvem o tráfico de drogas, os assaltos e tudo isso.

E o governo estadual tem dado uma atenção especial realmente. Conseguimos aumentar o efetivo da Polícia Militar. Chapecó, hoje, assim como todo o oeste, tem um helicóptero, e isso é bastante importante, mas ainda falta alguma coisa, talvez, para fechar o ciclo, entre elas, outro batalhão no bairro Efapi, lá em Chapecó, que é praticamente outra cidade.

Temos que lutar, e quando isso estiver em pauta, em discussão, pedirei o apoio a todos os deputados desta Casa, porque realmente o oeste está crescendo, as rodovias estão trazendo este crescimento, e Chapecó é a capital estadual dos negócios hoje, acredito. Teremos a MercoAgro, agora, no mês de setembro, e tantos outros eventos que têm ocorrido. Enfim, esse fluxo, esse trânsito de pessoas, a grande circulação, leva ao crescimento, mas também ocasiona alguns problemas, que temos que cortar pela raiz.

Então, é indispensável que no bairro Efapi haja realmente outro batalhão mais próximo daquela localidade, mais próximo da população, porque um só não está mais dando conta. O governo estadual tem feito um trabalho fantástico aumentando o efetivo, com viaturas novas, até com helicóptero, mas há necessidade, sim, de mais um batalhão, porque vai atender, certamente não apenas Chapecó, como todo oeste de Santa Catarina.

Então, estaremos lutando e cobrando a informação de que o governo já disponibilizou e

tem o sinal verde para que isso aconteça. Eu tive uma boa conversa com o deputado Gelson Merisio, que está licenciado, e ele também está empenhado para essa situação seja resolvida o mais breve possível. E a reivindicação de um posto rodoviário, tendo em vista que a rodovia que liga Chapecó a Goio-En, na SC-480, tem sido totalmente reformada.

Também está em pauta, para que logo inicie a SC- 283, com a vinda dos dois contornos, o leste e o oeste, o posto policial, que a princípio se reivindicava na rodovia SC-283, talvez seja ideal o local, e acredito que muitos com quem conversei entendem desta forma, da colocação no trecho entre Chapecó e Goio-En, porque com os contornos viários, certamente neste local estaremos na ponta de um triângulo, podendo atender tanto a SC-480 quanto a SC-283, no trecho Chapecó a São Carlos, como também no trecho Chapecó a Seara.

Então, talvez esse seja o ponto ideal, isso a gente tem que discutir com a comunidade, mas a visão que se tem, pelos estudos, é essa. Eu estarei visitando as principais entidades para ver se realmente é o caminho. Por aí acredito que, de forma rápida, aproveitando agora que a rodovia está em reforma, podemos escolher um ponto adequado e já resolver também o problema do policiamento na rodovia.

Querendo ou não, é a saída do Rio Grande do Sul ou a entrada de Santa Catarina, e isso é um ponto que também deve ser fiscalizado, até para contribuir, que Chapecó, por ter todas essas rodovias, também tem que ter esse fluxo de trânsito mais controlado e mais fiscalizado. Então, acredito que aí seja o ponto ideal, mas vamos discutir melhor com a comunidade.

Sendo isso que eu tinha para o momento, estaremos deixando o espaço para os demais partidos aqui, agradecendo a atenção e nos colocando sempre à disposição do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Daniel Tozzo.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Kennedy Nunes, gostaria de cumprimentar os colegas da Casa, todos os servidores.

Neste momento, deputado Neodi Saretta, nosso grande líder, quero me contrapor ao discurso do querido colega deputado Antônio Aguiar, do PMDB, em relação ao programa Mais Médicos no Brasil.

O deputado Antônio Aguiar é médico ortopedista e eu também sou médico. Eu quero fazer um pronunciamento sob a lógica do médico e do cidadão que precisa de um médico. Primeiramente, é inconcebível que um país continental como é o Brasil, tenha municípios com dez mil habitantes com apenas um técnico de enfermagem, a exemplo da cidade de Maravilha, em Alagoas, deputado Sargento Amauri Soares.

Eu resido hoje na cidade de Rio do Sul, e vou citar uma cidade tipo Presidente Nereu, que está ali ao lado, com 2.5 mil habitantes e que não tinha médico; Imbuia, a cidade que v.exa. nasceu, deputado Sargento Amauri Soares, com seis mil habitantes e onde não havia um médico morando; no alto vale, na cidade de Mirim Doce, com três mil habitantes, onde não tinha médico; temos São Cristovão do Sul, deputado Daniel Tozzo, uma cidade pobre, construída economicamente a sua renda em cima da grande produção florestal do setor madeireiro, que não tinha médico; também Ponte Alta do Norte e Ponte Alta do Sul.

Agora quero sair desses municípios pequenos para ir a Florianópolis, uma das cidades que tem um dos maiores percentuais de médicos *per capita* do país, mas ainda assim, havia recantos que não tinha médico para atender. Se quiserem questionar a infraestrutura do atendimento ou dizer que o município não atendia a demanda nos salários, é

importante ressaltar que o governo federal banca os custos desses médicos nas cidades.

Quero citar a cidade de Mafra, que recebeu 17 médicos para atender a população de lá. Eu estava em Cristóvão do Sul há 45 dias e lá naquela cidade, no período em que estava lá, um médico, que é cubano, atendeu uma criança com cetoacidose diabética e que, não fosse atendida até chegar a Curitiba, dificilmente deixaria de ocupar uma vaga de UTI.

Qual é o custo de uma vaga de UTI, meu querido deputado Antonio Aguiar, além da vida dessa criança, que poderia morrer. Se não fosse só isso, logo depois apareceu um idoso hipertenso e com hiperglicemia, que teve que fazer dosagem de insulina, porque se continuasse com a sua crise hipertensiva poderia ter feito um Acidente Vascular Cerebral ou quem sabe, um derrame, de uma forma mais simples de ser explicada, pois até chegar ao pronto socorro de Curitiba, fazer uma ficha e ser atendido, quem sabe, tivesse que parar numa UTI.

Eu digo isso porque apenas em Santa Catarina há mais de 400 médicos, deputado Kennedy Nunes, a cidade de Joinville recebeu médicos do Mais Médicos. Se você quiser questionar o programa pela essência ou pelo um contraponto especificamente hegemônico do conservadorismo numa lógica de fazer reserva de mercado profissional é uma coisa, mas saúde não tem preço.

E hoje neste Brasil temos 45 milhões de brasileiros sendo atendidos pelo programa Mais Médicos. Mas se não bastasse isso, esse programa já reduziu as internações emergenciais de pacientes em hospitais em quase 21%. Quanto representa isso no custo de uma vida que se perderia e que tem preço? Que venha o Aécio Neves dizer que o programa Mais Médicos tem seus dias contados. Primeiramente, porque médico você não constrói com mágica, pois médico tem pré-requisito de formação de, no mínimo, seis anos para o básico. E no programa Mais Médicos está incluso formação básica.

Como temos, agora, aberturas de curso para o ano que vem, em Araranguá e em Curitiba, pela Universidade Federal, isso significa também que nestas universidades 50% dos alunos serão oriundos da rede pública. Por quê? Eu sei como foi para me formar, pois meu pai era mineiro em Criciúma. Se não fosse uma Universidade Federal, pública, eu não seria médico. E eu saí dessa universidade sem nenhum compromisso com a sociedade brasileira e catarinense para dar a minha contrapartida de atendimento. E o programa Mais Médicos ao dizer que metade das vagas é para alunos públicos é porque esses permanecem na sua região, ao mesmo tempo, o programa, na sua concepção, tem a amplitude de residência médica, de medicina de família. Então, aqui eu não vou fazer discurso que o Mais Médicos tem seus dias contados, porque saúde pública em Minas Gerais não é exemplo para este país, basta ver o número de cidades lá que não tinham médicos para atender.

Então, pelo respeito que tenho pela minha entidade, ao Conselho Federal de Medicina, onde o sr. Aécio Neves disse que o Mais Médicos tinha os dias contados, não vou trocar vidas deste país por discurso político pré-eleitoral. Até mesmo porque para implementar 16 mil vagas no Mais Médico, que hoje são 14 mil, precisaremos de uma década. São dez anos! E durante esse tempo vamos precisar de mais médicos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado sargento Amauri Soares - Quero parabenizar v.exa. e dizer que o apoio, aplaudo e defendo esse programa do governo federal. Quero parabenizá-lo por estar aqui, através desta tribuna, dizendo ao maior número de pessoas possível que é absolutamente necessário para a população brasileira a manutenção do programa Mais Médicos. Parece que tem gente que esqueceu que hoje em dia, com as redes sociais, não dá para chegar ao Congresso Nacional quem tenha a posição, neste aspecto, conservadora, ruim, antipopular. É impossível, é até uma falta de habilidade política

o candidato a presidente afirmar o que o Aécio Neves afirmou. O povo brasileiro quer mais médicos, sim, quer essa política e quer mais incentivo para a saúde pública e está aplaudindo o programa Mais Médicos. Parabéns!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Estou dizendo isso por uma questão muito simples, com vidas não se brinca. Em segundo lugar, essa postura discriminatória dos cubanos é um ato de solidariedade daquele povo, que tem 80 mil médicos trabalhando fora do seu país. Lá eles têm a média de um médico para cada 25 habitantes, e temos muito ainda por andar para chegarmos à medicina e à saúde que pleiteamos, mas fatos estão sendo construídos neste país para melhorar a saúde do povo brasileiro. É lógico que muitas demandas existem. Os *royalties* do pré-sol, do petróleo, em parte, vão para a Educação e outra para a Saúde. Mas, se querem melhorar a saúde em Santa Catarina, vamos aprovar o projeto de lei que apresento para criar o Fundo de Atenção aos Hospitais, que apenas no ano passado daria R\$ 320 milhões, reduzindo dinheiro da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria de dizer que o programa Mais Médicos é importante, mas não podemos esquecer que o governo federal, nos últimos 12 anos, não fez sequer um reajuste na tabela SUS. Não adianta colocar posto de saúde, equipamentos e hospitais e não ter remédios exames, cirurgias e procedimentos que atendam à população.

Não podemos omitir a falta de repasse de recursos do governo federal para os hospitais

brasileiros, e estão incluídos os catarinenses. Digo isso porque conheço os fatos, fiz esse levantamento. O governo federal deve 170% de inflação na reposição da tabela SUS. A tabela SUS é relativa aos pagamentos das consultas médicas, dos procedimentos cirúrgicos, dos internamentos e de outras atividades da saúde. É por isso que os municípios brasileiros estão indo à falência.

Os municípios estão colocando 25% a 30% do seu Orçamento para a Saúde porque o governo federal não corrige a tabela SUS. É no município que a população procura os serviços de saúde. Não podemos esquecer que é muito fácil fazer o discurso de que se está distribuindo equipamentos e recursos para postos de saúde, mas não se está colocando o dinheiro do custeio do dia a dia. Não sou contra mais médicos, mas vamos fazer justiça a quem está pagando esse custo alto, que são os municípios e o estado. E o governo federal tem ficado omissos nessa questão.

O Brasil precisa de recursos para a saúde, à educação, à melhoria do sistema viário, dos aeroportos.

É lamentável a situação do nosso aeroporto de Florianópolis, que está com promessas de anos e anos. Dizem que não tem dinheiro. Mas como não tem dinheiro se tem dinheiro para fazer um aeroporto em Cuba?

Está aqui, não sou eu que estou dizendo, é a revista *Exame*:

(Passa a ler.)

"Governo do PT investe 15 vezes mais nos aeroportos de Cuba do que no sistema portuário brasileiro".

Agora, por último, foi um aeroporto, que está na coluna do *Diário Catarinense* de domingo, na coluna de algum comentarista político.

Ora, o Brasil precisando de dinheiro para fazer investimentos para diminuir esse custo Brasil, que é incompatível com a produção brasileira da indústria, do comércio, mas, principalmente, da indústria do agronegócio brasileiro, que soma o escoamento da produção de soja e que está comprometendo R\$ 55 milhões de

prejuízos, de perdas, por rodovias que são de péssima qualidade, por espera nos portos, porque não tem agilidade, não tem serenidade. Agora, vamos construir, com dinheiro brasileiro, um porto, agora, mais ainda um aeroporto lá em Cuba? Não sei o que o Brasil compra de Cuba? O Brasil tomou uma direção mais ideológica do que de preocupação, no sentido macroeconômico de ser parceiro de países da comunidade européia, dos Estados Unidos, e está colocando dinheiro do povo brasileiro nesses países. Lamento ter que dizer isso, mas como disse, não é apenas a minha fala, é uma constatação que está aqui publicada por várias revistas, e eu não poderia deixar de fazer esse relato depois dessas manifestações que tivemos, neste plenário, hoje. Não quero fazer disso um palanque político, porque não faço isso, mas essa é a minha constatação, há muito tempo, do custo Brasil, como venho falando da saúde onde encontramos esse gargalo.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado, apenas para restabelecer a linha dos fatos. O recurso a que v.exa. se refere é o recurso de financiamento para empresas brasileiras que estão executando obras lá. É como financiar exportação. São recursos financiados, emprestados, portanto, não é recurso que iriam para a educação e saúde. São empréstimos a empresas brasileiras que estão fazendo essas obras.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado, mas continuo acreditando que o governo cubano, dificilmente, terá condições de devolver esse empréstimo, como já aconteceu em outros países, a exemplo do Japão. O próprio México já perdoou a dívida cubana, porque é um país que não tem recurso para fazer a devolução desses empréstimos.

E repito: Primeiramente, temos que cuidar da nossa casa. O BNDES tem que continuar financiando a indústria brasileira, investindo no setor

público brasileiro para diminuir esse custo Brasil e tornar o nosso país mais competitivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados. Na verdade, gostaria de usar a tribuna para falar de outro assunto, mas dada a importância e relevância do último assunto tratado aqui pelos dois últimos oradores, primeiramente, pelo deputado Jailson Lima, meu particular amigo e pessoa com quem tenho uma grande amizade e respeito pelas suas posições em que pese não compactuar com elas; mesmo caso do deputado Sargento Amauri Soares, a quem tenho uma grande estima, mas também temos pontos de vista bastante diferentes. E sobre a questão desses investimentos que estão sendo feitos fora do Brasil, especialmente Cuba e Venezuela, digo que ninguém é cego e bobo, sabemos que há um investimento com fundo ideológico. É evidente.

Não é um investimento porque lá é bom, é o melhor lugar para se fazer aquilo. É um investimento com fundo ideológico. Existe a ideologia atrás dessa intenção econômica e política. Ninguém é bobo, ninguém aqui acredita em papai noel.

Então, a verdade deve ser dita: esse investimento será interessante sob o ponto de vista ideológico e estratégico dentro dessa ideologia, que é muito importante, não tenho a menor dúvida.

Agora, investir na Venezuela também sob o ponto de vista político e ideológico é muito importante, porque são países que se falam ou que têm, os mesmos sentimentos, as mesmas ideias. E não precisamos ir longe. Temos aqui o Mercosul. E pergunto da onde se colocaria uma Venezuela no Mercosul? E aí arranjam um problema com o

Paraguai porque este não aceitava a Venezuela no Mercosul. Deram uma advertência no Paraguai, como se fosse um aluno malcriado, que não fez a lição de casa direito e trouxe o coleguinha que ele não queria para a sala de aula, porque a maioria da sala de aula queria o coleguinha naquela sala. É assim que funciona e temos que entender que tem ideologia no fundo de todas essas iniciativas. Também, há possibilidade de termos um Equador no Mercosul. A Bolívia já foi convidada para participar do Mercosul.

E qual é a intenção por trás disso? É para formar um bloco econômico robusto? Há quem acredite que é apenas essa a ideia e não a maior das outras ideias, que é formar um bloco ideologicamente coerente cada um com suas ideias, quer dizer, todos que têm mais ou menos um perfil, uma ideia, estão tentando formar um bloco. Essa é a intenção.

Assim, não irei ficar admirado se tivermos o Equador também no Mercosul. Não ficarei admirado se o Brasil investir maciçamente na Bolívia. Não estou admirado de o Brasil querer importar banana do Equador como estava fazendo quando houve um levante dos agricultores deste Brasil inteiro, plantadores e produtores, mas que, se não fosse isso, estaríamos, hoje, vendo inúmeras famílias numa situação desesperadora por conta de que ideologicamente precisaríamos atender a um companheiro, a um amigo de sala de aula, vamos dizer assim, como se fossemos uma salinha.

Então, o Equador precisava ser atendido, porque é colega, porque tem a mesma ideologia. E os pequenos agricultores, os pequenos produtores de banana do nosso país, por pouco, não se danam todos. Houve um grito geral, participei de inúmeras reuniões de pequenos agricultores, e foi colocado, não um basta, mas um até depois. Não foi extirpado do meio essa intenção de trazer, de importar banana do Equador. Isto é uma brincadeira! O Brasil, um dos maiores produtores de banana do mundo querendo importar banana do Equador? Isto é para matar a galinha em vez de colher o ovo. É impressionante!

Quero muito bem ao nosso colega deputado Jailson Lima, é meu amigo de coração e tenho o maior respeito por ele, a mesma coisa com relação ao deputado Sargento Amauri Soares, são pessoas queridas e não estou fazendo nenhum desrespeito à questão ideológica de partido deles, mas cada um tem o seu ponto de vista e a nossa discussão é nesse nível respeitosa. Temos que falar quando não concordamos, porque esses investimentos atendem uma intenção ideológica, isto é evidente, tem ideologia atrás dessa questão, não podemos é ficar dizendo que vai ser ótimo, que vai ser um espetáculo. É claro que vai ser, ideologicamente vai ser muito bom. É só falar com o compadre Fidel Castro, falar com aquele lá da Venezuela, que estão todos de caso.

Então, quero apenas relatar que essa questão economicamente não é tão importante quanto ideologicamente para quem está fazendo esses investimentos por aí afora. Porque nós teríamos outros lugares para investir é só querer. Esta é a grande verdade.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Nilson Gonçalves, eu também concordo com v.exa. que por trás de toda proposta econômica sempre existe uma ideologia, isso vale para todos os lados e para todas as circunstâncias. Eu não sou fechado o suficiente para não admitir isso.

Eu também discordo da importação de bananas do Equador, e inclusive porque a empresa de lá não é pública, não é do povo equatoriano, é um monopólio cuja propriedade é de cidadãos norte-americanos, é o mesmo monopólio que há cinco décadas, seis décadas, explora trabalhadores na América Latina.

Então, é a pressão desse monopólio sobre o governo do Equador ou brasileiro, ou vice versa, ou também interesse comercial e evidente com fundo ideológico, que pode garantir isso. Mas com certeza, não precisamos importar banana de nenhuma parte do mundo, até porque o nosso estado é um grande produtor. Muito obrigado, pelo aparte.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado Sargento Amauri Soares, nosso futuro senador, se Deus quiser, quero apenas acrescentar, para terminar a minha fala, sr. presidente, que por conta dessas questões ideológicas, leva-se desaforo a torto e a direito. Aqui, na Argentina, a presidente Cristina Kirchner, marota como é, vira e mexe, tranca tudo. E só quem lida com o mercado, com a exportação para a Argentina, sabe o sufoco que passa, apenas quem lida com transportadora sabe o sufoco que é entrar na Argentina com mercadorias, vira e mexe e, do nada, ela manda trancar tudo. Caminhões aos milhares parados na fronteira com a Argentina. Ela faz desaforo à luz do dia para todos nós, mas ideologicamente não podemos falar porque pensamos a mesma coisa, existe uma ideologia política por trás.

A Bolívia uma vez mandou invadir a nossa Petrobras e no Brasil se ouvia dizer: Calma, fiquem calmos! Somos amigos! Isto tudo é uma barbaridade.

Mas é uma pena, está-se esgotando o tempo da minha fala.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, eu acho que temos um calendário a cumprir e é importante que os parlamentares que têm compromisso fora voltem para a Casa. Estamos quase chegando às 16h e temos projetos importantes nesta Casa para serem aprovados. E quem estiver em seu gabinete que desça ao Plenário para darmos quórum necessário para a aprovação dos projetos que são importantes para o servidor público, para Santa Catarina e para a sociedade.

Então, o apelo que eu faço é para que os parlamentares que estejam em seus gabinetes que desçam até o plenário, a fim de cumprimos com a nossa missão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Srs. deputados, antes de suspendermos a sessão até as 16h, vamos reforçar o pedido do deputado Manoel Mota, pedindo aos deputados que estão em seus gabinetes para que desçam ao plenário, pois temos duas medidas provisórias para serem votadas hoje.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de ratificar aqui a solicitação do eminente deputado Manoel Mota, no sentido de convidar os nossos colegas deputados que estão em seus gabinetes e fora da Casa para virem até o plenário, para que possamos votar hoje as medidas provisórias, haja vista que no dia 18 de agosto elas vencem.

Então, se nós não conseguirmos quórum necessário para a votação dessas emendas hoje, todo esse trabalho que foi feito durante esse período de quase quatro meses nesta Casa, mais o trabalho executado pelo governo, no dia 18 deixa de existir.

Assim sendo, conclamo, solicito a presença de todos os srs. deputados, em função do prazo de vigência, que é o dia 18 de agosto.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero apenas falar sobre duas questões. A primeira questão é para informar que estou me somando a essa tentativa de trazer o máximo possível de

deputados para o plenário. Temos um calendário especial e acho muito pouco justificável não termos a presença maciça dos srs. deputados. E a segunda questão, como se trata de medida provisória, na verdade, não é lei complementar, não necessitamos de quórum qualificado. Portanto, a maioria sempre nos permite votar e já temos essa maioria no plenário, mas isso não justifica, é claro, a ausência daqueles que estão por aí e que poderiam estar presentes.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta Presidência suspende a sessão até as 16h, quando adentraremos na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0601/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0195/2014, de procedência da comissão de Finanças e Tributação, que fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, essa medida provisória fixa R\$ 304,22, representando um aumento de 6.41%, no valor referencial do vencimento dos servidores da Udesc. E passa de R\$ 18 para R\$ 19,50 o vale alimentação dos servidores.

Portanto, é um trabalho feito através da Casa Civil, juntamente com a reitoria e pró-reitores da Udesc para que possamos recuperar essa questão da inflação.

Então, solicito aos srs. deputados "voto 1" pela aprovação da referida medida provisória, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Aldo Schneider é votação simbólica, não é votação nominal.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas para encaminhamento no sentido do voto favorável da nossa bancada a esse projeto, que fixa o valor referencial de vencimento da Udesc aos seus servidores, os quais queremos, inclusive, cumprimentar.

Encaminhamos favoravelmente o voto de nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, só queria fazer o registro de presença do colega lá de Joinville, o reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Seja bem-vindo!

Com certeza vamos encaminhar voto favorável à medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em turno único.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00196/2014, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que institui retribuições financeiras por desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei n. 11.496, de 2000, e estabelece outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Temos para esta matéria três destaques da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Para fazer a defesa dos destaques, com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o eminente líder, deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, em primeiro lugar gostaria de registrar o nosso voto favorável à medida provisória e ratificar a sua importância. Inclusive, nesta tarde, já fizemos a tramitação dela nas comissões, apresentando voto favorável. Mas entendemos que têm algumas questões que seriam importantes e fundamentais que fossem aplicadas, ajustadas, por isso, apresentamos a emenda. Aproveitamos para cumprimentar todos os servidores que estão aqui presentes.

Nós temos três destaques, sr. presidente, e gostaria que fossem votadas separadamente, até para que possamos exemplificar todos eles. Queria saber qual v.exa. vai colocar em votação primeiro, para que possamos fazer o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em primeiro lugar, deputado Neodi Saretta, o

destaque que pretende modificar o inciso I, do § 3º, do art. 8º da medida provisória.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - No inciso I, do § 3º, do art. 8º da medida provisória consta que não constitui base de cálculo de qualquer outra vantagem a qualquer título exceto gratificação natalina e terço constitucional de férias. Nós estamos fazendo a redação no sentido de incluir o adicional por tempo de serviço também.

Acredito que esta é uma questão de isonomia importante, é um direito do servidor, portanto, não estamos modificando a medida provisória, pelo contrário, apenas estamos fazendo uma correção daquilo que entendemos um erro jurídico ao não se incluir aí o adicional de tempo de serviço como na constituição da base de cálculo. Esse é o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem, está encaminhado.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, apenas para saber como é que vai ser conduzida esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vamos votar individualmente.

V.Exa. encaminha e nós já faremos a votação deste destaque.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Então, o meu encaminhamento, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, cabe a todos os destaques apresentados pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

Existe um acordo entre o Executivo e também a base de apoio do governo, aqui nesta Casa, para

que não acatemos nenhuma emenda, com exceção da emenda do Porto de São Francisco do Sul, que visa corrigir um erro redacional da parte da Casa Civil, no que se refere a conceder qualquer benefício que não esteja inserido na matéria original.

Hoje, nesse momento, a Casa Civil, a secretaria da Fazenda e a secretaria da Administração não têm certeza de que, ao acatarmos essas emendas, as medidas provisórias podem se transformar em lei e ter valor legal a partir de hoje.

Pode haver contestação, que poderá não ter valor em relação às medidas provisórias que aprovarmos na tarde de hoje.

Então, o entendimento do governo é de que se acate meramente aquela questão de distorção quando da prestação do Porto de São Francisco do Sul votarmos o projeto como foi concebido pelo Poder Executivo e, após o período eleitoral, obviamente abriremos a discussão com todos os servidores para que possamos, evidentemente, lutar junto ao governo para reparar essas injustiças.

Concordo com o eminente deputado líder do PT, Neodi Saretta, de que deveriam estar contidas e não estão, mas neste momento é temeroso votarmos esses destaques para inserir nessas medidas provisórias.

(Palmas)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Eu queria restabelecer o fato, pois não podemos votar sob ameaça. Como é que uma emenda pode ser aprovada e outra não pode. No mérito, obviamente, respeitamos quem não vota a favor. Agora, fazer uma ameaça de que se aprovar a emenda "x" não vai valer, ora, isso não existe juridicamente, sr. presidente.

Queria fazer essa correção aqui para não voltarmos ao tempo da ditadura. Eu sei respeitar maioria e minoria, mas direito às emendas não

prejudica um projeto em andamento, pelo contrário, quero, inclusive, reconhecer positivamente, deputado Aldo Schneider, nesse sentido, o esforço, quem sabe o compromisso do governo à frente, se não aprovarmos hoje, de mandar o projeto para frente, quero reconhecer isso como positivo.

Agora, por favor, não vamos usar o argumento de que uma emenda pode, mas a outra vai prejudicar. Não vamos enganar os servidores que estão aqui presentes acompanhando a sessão.

(Palmas)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, não é uma questão de enganar ou não enganar. Houve um erro redacional na concepção das medidas provisórias, especificamente do Porto de São Francisco.

A partir daquele momento, o governo poderia até ter retirado a medida provisória, corrigido e voltado para a esta Casa. Houve um entendimento que poderia ser pela liderança do governo a correção quando da sua votação.

Então, deputado Neodi Saretta, srs. servidores, sras. deputadas e srs. deputados, não me cabe fazer papel no sentido de enganar quem quer que seja. Tenho que fazer o trabalho que me foi conferido, defender aquilo que o governo pensa neste momento, e esta é a decisão do governo.

Agora, cabe a cada um dos meus colegas deputados e deputadas fazer o seu voto. De qualquer forma existe, pelo menos, pré-agendada, uma conversa, inclusive, hoje, sobre a emenda do deputado Antônio Aguiar, que aqui não está, em relação à questão daqueles dentistas, que também entendo extremamente meritória, justa, em não receber como os médicos recebem, quando procedem a cirurgias.

Então, quero aqui ratificar que o governo, naquele momento, poderia ter retirado a medida provisória e corrigido o seu texto original. Seria

isso, quero deixar claro aos servidores e a Santa Catarina que o risco pode ocorrer inclusive com essa emenda.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais deputados, queria manifestar a minha posição favorável às emendas do Partido dos Trabalhadores defendida aqui pelo deputado Neodi Saretta, líder da bancada, e dizer que apoio as emendas, votarei nelas, assim como votarei no texto da medida provisória que será convertida em lei.

Mas gostaria de registrar que, embora atenda segmentos do serviço público, inclusive, muitos segmentos satisfazem-se com o conteúdo, é preciso registrar que outros estão ficando bem para trás mais uma vez: os servidores civis, administrativos da secretaria do estado de Segurança Pública, que servem todas as instituições de segurança pública, mas que não são policiais, não são bombeiros, não são policiais civis, não são peritos ou técnicos do IGP, estão rebaixados ao pior grau e esquecidos neste debate na hora de fazer uma política salarial para os trabalhadores do estado.

Então, gostaria de registrar, mais uma vez, que servidores civis, administrativos da secretaria de estado de Segurança Pública estão mais uma vez nesta medida provisória muito atrás daquilo que seria uma política razoável de salário.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, claro que o nosso encaminhamento é pela aprovação das medidas provisórias, mas neste momento, quero chamar a atenção dos srs. deputados para o fato de que na secretaria da Agricultura, e o nosso estado é líder no agronegócio, nunca houve um plano de cargos e salários, não existe gratificação. A Epagri e a Cidasc estão há seis meses sem a assinatura do acordo coletivo de trabalho, os funcionários vivem um clima de insegurança e o governo não tem o mesmo olhar. Não dá para entender que um setor produtivo, como a agricultura familiar catarinense, não mereça consideração, um reconhecimento.

Então, deixo o nosso apelo para que o governador assine, o mais breve possível, o acordo coletivo da Cidasc e da Epagri, que é muito importante.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu acredito que tanto o deputado Neodi Saretta, que defende as emendas propostas pela bancada do PT quanto o deputado Aldo Schneider, querem o melhor. Eu quero fazer um encaminhamento no sentido de que não venhamos a tornar as medidas provisórias inconstitucionais e que, por isso, o governo tenha que vetar ou conceder o aumento até agora ou daqui para frente sem efeito.

Parece-me que podemos assumir o compromisso de levar essa preocupação, essas emendas da bancada do PT, para que sejam atendidas num próximo projeto, para que não criemos aqui um constrangimento. Eu não tenho certeza se acatando as emendas não estaremos prejudicando as medidas provisórias. Então, se pudéssemos construir um entendimento para um próximo projeto, teríamos juízo suficiente para contemplar os servidores com as emendas que a bancada do PT propõe.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu acho que a gente deveria esclarecer que todo o plenário vai votar favoravelmente às medidas provisórias. O que temos divergência aqui entre uns e outros é sobre o quanto nós poderemos aperfeiçoar. E nesse sentido quero dar apenas uma contribuição alertando que os servidores têm direito a refletir essa verba no adicional de serviço. É uma determinante legal. Se o governo diz que teve um erro redacional, a gente até entende, pois isso pode acontecer com qualquer um que trabalhe, mas objetivamente os servidores têm direito a isso. E se o governo não tratar dessa forma, o que vamos construir aqui é um passivo para o governo do estado, porque qualquer um pode entrar com uma ação discutindo o direito a essa verba, que é eminentemente salarial.

Portanto, se o encaminhamento do governo é se dispor, sinceramente, a rediscutir isso depois, acho que a gente pode fazer um meio termo aqui.

Agora, o que o deputado Neodi Saretta está apresentando, em nome do Partido dos Trabalhadores, é uma decorrência legal inequívoca da concessão da gratificação, que em tendo natureza salarial tem que atingir o que o governo já apontou, que é terço de férias e gratificação natalina, mas também o adicional de tempo de serviço, que é o único acréscimo que a bancada está fazendo, e concordo porque é decorrência legal. Mas é preciso que o governo trate isso e não deixe virar um grande passivo judicial impagável depois.

Quero cumprimentar o deputado Moacir Sopelsa e fazer essa solicitação ao companheiro deputado Aldo Schneider, porque primeiro é uma questão de ordem constitucional, de racionalidade pública e é democrático fazermos um debate nesta Casa. Por

isso coloco a lógica de reverem essa posição, porque cria um passivo.

Se for um equívoco meramente descritivo que corrijam a tempo, mas a racionalidade e a condição democrática dizem que nós, da base do governo, temos que rever essa situação, até mesmo porque quero concordar com o deputado José Milton Scheffer, que também faz parte da base do governo, que reclamou que a Cidasc e a Epagri não têm os pagamentos contemplados, assim como o trecho da rodovia de Imbuía a Vidal Ramos, que está parado há quatro meses porque a empresa não recebe o dinheiro. Por isso, parabéns, deputado Moacir Sopelsa. Este deputado, que vota com o governo, mas defende a sua posição.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Queria fazer uma proposta ao líder do governo. Sabemos a correlação de forças e como estão os votos aqui. Não temos aqui nenhum tipo de vaidade, não há problema por ser autor da emenda ou algo assim. Podemos manter a emenda, marcar posição e ganhará quem tem mais voto, mas podemos fazer um acordo de encaminhamento porque estamos preocupados em resolver essa questão, pois, se não for aprovada, qualquer servidor vai entrar na Justiça e terá direito aos triênios, inclusive àqueles que foram contra a emenda, antes, terão direito.

Então, queria propor o seguinte: se o governo se comprometer a levar essa discussão e trazer para esta Casa a correção, que estão chamando de erro técnico, não há problema. Inclusive, se for o caso, podemos retirar a emenda, desde que haja esse encaminhamento.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, a bancada Progressista vai votar a favor da medida provisória, mas precisamos fazer a reflexão do que está acontecendo. A PGE, a Administração e a Fazenda estão em alto relevo, em destaque, não é que estejam ganhando altos salários. E citei o exemplo os funcionários da Fatma. No último concurso, mas de 60% dos concursados já migraram para a iniciativa privada, justamente por falta de valorização dos profissionais. O mesmo ocorre no Deinfra, porque não se estabelece uma política de valorização dos profissionais.

O governo sinalizou promover uma readequação salarial e, a partir do início de janeiro, resolver a questão linear para todas as categorias, mas isso não ocorreu. O governo recuou. Acho necessário estabelecer um pacto e um compromisso nessa questão, e falo do outro lado do balcão do governo. É preciso chamar a responsabilidade do governo para que, de uma vez por todas, possamos sanar essa situação.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Gostaria de saudar todos os servidores públicos que estão acompanhando essa votação.

Mas também quero fazer um memorando do tempo que estou aqui, há seis mandatos, e vejo a mesma prática. Os governos não tendo uma política salarial e, toda vez que se aperta um pouco, tapa-se o buraco com gratificações. E ao longo desses seis mandatos tem sido igual. Com isso criando-se mais injustiças.

Esses segmentos que estão sendo atendidos estavam esperando há muitos anos, e muito aquém daquilo que, efetivamente, outras categorias, outros segmentos já receberam. Mas entendo, mais uma vez, que é preciso avançar, concordar com esses encaminhamentos. No caso específico da Fatma, que eu conheço com mais com profundidade, recentemente, promoveu um concurso público, onde

quase 80% dos que foram aprovados foram embora, porque os salários em outros estados são diferentes do nosso, buscando a dignidade funcional. Mas é importante avançarmos e aqui, mais uma vez, estamos fazendo isso.

As emendas apresentadas, todas elas de mérito. Eu sempre tenho a convicção de votar favorável a todas as emendas e projetos em benefício do servidor público, porque sou servidor público e sei do sofrimento e da angústia, mas precisamos ter cuidados. Hoje, pela manhã, na comissão de Finanças e Tributação, o deputado Antônio Aguiar estava pleiteando uma emenda para conceder aos dentistas a equidade com os médicos e recuou com medo dessa possibilidade, ou seja, de estar fazendo algo que pudesse criar problemas a todos. Da mesma forma sei que o deputado que já foi presidente desta Casa e prefeito, em nome da sua bancada, está apresentando o mérito, mas com certeza vai avaliar a questão de risco. E temos um risco já, mas isso é por conta do Executivo, que é a emenda do porto. Quero dizer que ela tem o mesmo risco que tem as emendas aqui propostas. Mas é o Executivo que quer correr esse risco, não é o Legislativo, que lá na frente pode ser responsabilizado por algo que prejudique os servidores.

Era isso, sr. presidente, em nome da bancada do PSDB, votamos favorável à medida provisória e contrário às emendas, infelizmente.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria de fazer alguns esclarecimentos até porque o momento é oportuno e é necessário que se faça.

Primeiramente, gostaria de dizer que estamos discutindo este assunto desde o ano passado para o atendimento dessas categorias como a Fatma, Deter, porto de São Francisco do Sul, Deinfra, Juncesc, a Casa Civil e a secretaria de Planejamento, pois bem. Quanto a esta questão específica do porto de

São Francisco, o risco jurídico está medido pelo governo, que assume, até porque tenho falado quase que diariamente com a Casa Civil, com o Planejamento, e esse é um risco calculado pelo governo. Quanto às outras emendas, quero deixar claro que sempre fui favorável, tenho que fazer justiça ao deputado Marcos Vieira na condição de presidente da comissão de Constituição e Justiça, já que nós dois tivemos inúmeras conversas com os órgãos do governo, mas o governo entendia que, naquele momento, não era possível.

Hoje, pela manhã, diante da sugestão do deputado Antônio Aguiar, liguei para o governador e coloquei a situação que estávamos vivendo nas comissões, então, ele me autorizou a, depois das eleições, conversarmos para tentar buscar a equiparação junto aos médicos. Evidentemente, que com relação a essas emendas propostas pelo PT vamos continuar com a mesma ênfase e, sobre a questão dos dentistas, vamos tentar convencer o governador no sentido de atendimento na esfera administrativa para que esses servidores, esses colegas, não recorram à Justiça, porque lá na frente eles vão acabar sendo atendidos pela via judicial.

Então, vamos nos comprometer, deputado Neodi Saretta, em fazer esse trabalho, juntamente com todos os parlamentares desta Casa, até porque quem ganha é a sociedade catarinense, pois servidor motivado reflete no cidadão catarinense, que estará sendo bem atendido.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, não apenas pela confiança que se tem na palavra de quem aqui falou, que é o deputado Aldo Schneider, mas por via das dúvidas está devidamente registrado e gravado o compromisso. Quero dizer que, mais importante que fazer uma votação simbólica para marcar presença, é esse compromisso

e esse reconhecimento de que há uma injustiça aqui nessa medida provisória.

Essa injustiça de precisa ser corrigido. Diante do compromisso assumido pelo líder do governo, pelo governo, não há porque não retirarmos a medida, porque há outras questões também, inclusive de garantir o reajuste anual, questões estranhas de estar aqui desde abril e não ter indo para pauta.

De qualquer forma com esse compromisso podemos encaminhar a retirada das emendas, mediante o compromisso de que esse assunto volte a ser discutido aqui para corrigir as injustiças que ficaram na medida provisória.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - O que está gravado nos anais deste debate interessante é que nós, na condição de líder do governo, juntamente com os colegas deputados, faremos o impossível para que o governo reconheça o direito dos servidores, principalmente no que tange a gratificação, os triênios e tal.

É o diálogo entre o Executivo e o Legislativo, mas agora, quanto ao entendimento, quero deixar claro aos senhores e senhoras que dependerá do Executivo. Trabalho nosso vai ter. Está bom?

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Neodi Saretta, v.exa. pede a retirada do primeiro destaque ou dos três?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, dentro do acordo e da linha de raciocínio de revisão, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - O compromisso que v.exa. assume em nome do governo é da revisão dos três destaques deputado Aldo Schneider?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - O dialogo permanente com o governo para tentarmos atender esses destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Diante do compromisso assumido pelo líder do governo e da solicitação do autor, esta Presidência determina a retirada dos destaques.

Ao tempo em que esclarece, deputado Neodi Saretta, e v.exa. que já presidiu esta Casa sabe disso, que esta matéria não foi pautada até hoje porque ela estava em discussão nas comissões e também não entendi o porquê de tanta demora para que a matéria pudesse ficar pronta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0196/2014, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei n. 11.496, de 2000, e estabelece outras providências.

Ao presente foi apresentada uma emenda supressiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado a matéria em turno único.

(Palmas)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0197/2014, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que cria cargos de Analista Financeiro do Tesouro Estadual, Classe IV, na carreira de Gestor Público, na secretaria de estado da Fazenda.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em turno único por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0003/2014, de autoria da Mesa Diretora desta Casa, que dispõe sobre a criação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, do Centro de Apoio às Câmaras Municipais.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, não poderia deixar de fazer este registro e de parabenizar v.exa. que, como presidente desta Casa, faz um grande trabalho às Câmaras Municipais do Estado de Santa Catarina. A ideia que v.exa. trouxe à Mesa é de criarmos na Assembleia Legislativa um espaço em que o vereador possa ser atendido independentemente se tem deputado da sua base ou do seu partido na nossa Casa. Essa ideia está funcionando muito bem no Rio Grande do Sul e também em Minas Gerais. Ou seja, o vereador, o parlamentar que vier aqui na capital, pois é comum ter alguma ação para resolver, depois de aprovado este projeto de resolução, deputado Aldo Schneider, na Assembleia Legislativa e através da Escola do Legislativo e da divisão do Cerimonial, deputado Antônio Aguiar, terá um espaço reservado e poderá ter acesso à *internet*, ao telefone, mas também vai ter uma assessoria que disponibilizará alguma estrutura física desta Casa para esses vereadores, deputado Manoel Mota.

Portanto, quero fazer este registro e agradecer v.exa., deputado Joares Ponticelli, que já foi vereador em Tubarão, já está nesta Casa há algum tempo, chegou à Presidência e faz com que este Parlamento possa abrir esse espaço às Câmaras de Vereadores ou para os vereadores na Assembleia Legislativa.

Parabéns e peço vênias, com certeza, para todos os colegas deputados que aprovem este projeto de resolução.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero fazer coro às palavras do deputado Kennedy Nunes e lembrar que estávamos juntos quando v.exa. teve essa feliz ideia de ter nesta Casa um espaço para os vereadores.

Isto me lembra muito a questão do advogado que vai ao fórum e tem uma sala para poder executar as suas atividades, enfim, tem um lugar próprio para desenvolver suas funções.

E agora, isto vai ocorrer no ambiente da Assembleia Legislativa, porque muitas vezes o vereador vem de uma cidade do interior e é obrigado a ficar no gabinete de um deputado tentando resolver questões ou pedindo orientação, às vezes não encontra o deputado e fica uma situação realmente desagradável. Eu acho isso muito importante, é um parlamentar que também está a serviço da sua região e tem que ter nesta Casa um espaço que possa ocupar, ter orientação necessária, ter telefone para entrar em contato quando precisar. Afinal de contas, é um Parlamento do município e um Parlamento do estado que agora ficam emanados nesta questão. Parabéns sr. presidente.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, é sem dúvida nenhuma uma iniciativa louvável, v.exa. que já foi vereador na cidade de Tubarão sabe da importância do vereador. Na vereança é onde nasce a verdadeira política, a política de resultado, e vejo que a Assembleia Legislativa é uma extensão das Câmaras Municipais, por isso a importância em termos esse espaço nesta Casa.

E obviamente fica a sugestão para que também possamos dar um bom exemplo ao criarmos esse centro e que não sejam criados mais cargos para aumentar a despesa pública, mas, sim, um remanejamento de funcionários desta Casa, porque o momento hoje que a sociedade brasileira vive é um momento de muita racionalidade no uso de recursos públicos. Mas esse espaço é fundamental, a Assembleia Legislativa sai ganhando, os vereadores e a sociedade catarinense também, parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer. Apenas para informar que estamos criando o espaço do vereador, não haverá criação de cargos e nenhuma nova estrutura.

Nós vamos utilizar o pessoal da própria Escola do Legislativo e vamos usar a estrutura desta Casa. Não há criação de nenhum novo cargo, mas é um espaço importante para os vereadores de Santa Catarina encontrarem o seu ambiente nesta Casa.

A Sra. Deputada Ada Faraco De Luca - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada Faraco De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Parabéns, sr. presidente, deputado Joares Ponticelli.

Este espaço para os vereadores é importantíssimo até porque nós, parlamentares, conseguimos os nossos alicerces políticos através dos vereadores. Então, isso é muito importante.

Parabéns pela sua gestão, parabéns por todos os atos e que sejam sempre a favor do Legislativo,

tanto estadual quanto municipal, e pela nossa coletividade.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputada Ada Faraco De Luca.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, como fui também vereador durante 12 anos entendo que é relevante essa tomada de decisão da Mesa Diretora, capitaneada por v.exa., porque de fato cabe ao vereador, assim como ao legislador nesta Casa, a missão de fiscalizar, de legislar e, principalmente, de fazer essa conexão, esse *link* entre as demandas da população, o Executivo municipal e estadual.

Nós temos percebido, muitas vezes, vereadores que estão um tanto quanto na periferia da Casa sem encontrar um deputado de referência, de acolhida, de aconchego, e quando pode ter um espaço oficial, uma casa do vereador dentro deste Parlamento, isso de fato valoriza aquele que está lá na ponta fazendo o meio de campo com a população.

Por isso, presidente Joares Ponticelli, parabéns e mais uma vez digo que isso traduz a marca do seu mandato como presidente, que é a inovação, o que é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Deputado Ismael dos Santos, sempre disse que o nariz do vereador está mais próximo do dedo do cidadão. Por isso é importante que ele também tenha nesta Casa o seu espaço.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero cumprimentar v.exa., pois é um projeto importante que atende um segmento relevante, que

são os vereadores de todos os municípios de Santa Catarina.

Muitos têm representação, chegam aqui e tudo fica mais fácil de conduzir, mas àqueles que não têm representação parlamentar ficam sem saber como e a quem recorrer, e eles têm o mesmo sentimento que nós, porque o primeiro meio de ligação com a sociedade é o vereador, que é uma peça importante.

Nós estamos aprovando um projeto que resgata uma história bonita, um trabalho que o vereador faz e que, às vezes, não pode expressar, somente na Câmara, mas quer trazer para o Parlamento, pois esta é a Casa das decisões.

Então, evidentemente, que este projeto é importante, atende um segmento importante que são os vereadores. Neste casa ganha a população, ganha Santa Catarina e o projeto traz uma inovação, uma perspectiva muito importante.

Parabéns, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Manoel Mota.

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Srs. deputados, se os líderes concordarem, vou inverter a pauta de votação para que possamos liberar, primeiramente, os três projetos de lei complementar que exigem votação nominal e quórum qualificado. Votaremos esses três projetos e encerraremos a sessão convocando outra para votarmos, em segundo turno, esses projetos e as demais matérias.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2014, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado, que transforma cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, temos uma pequena dúvida. Nós daremos o voto favorável, mas queremos que v.exa. nos dê um esclarecimento. O Projeto de Lei Complementar n. 0004/2014 é o que transforma cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Mudança de entrância!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Isto é aquele da mudança de entrância? O voto da nossa bancada será favorável, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CARLOS STÜPP	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PAULO FRANÇA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 22 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2014, de procedência do Ministério Público, que dispõe sobre a elevação de entrância de Promotorias de Justiça e a reclassificação de cargos na carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, queremos dizer que nós, da base do governo, daremos o quórum qualificado para a aprovação dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- (Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CARLOS STÜPP	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PAULO FRANÇA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim

DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 23 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0012/2014, de procedência do Ministério Público, que reajusta o piso salarial do Quadro de Pessoal do Ministério Público e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, vamos registrar o nosso voto favorável ao projeto. Trata-se de reposição com base na inflação, correção das perdas inflacionárias sobre o salário dos servidores do Ministério Público.

Mas quero registrar que faz um tempo que se discutia com a categoria organizada, que tem um sindicato, todos os projetos, especialmente os projetos salariais a serem encaminhados a este Poder. E o próprio Sindicato dos Trabalhadores Técnicos do Ministério Público soube quando o projeto já estava aqui na Assembleia. E, portanto, quero fazer esse registro que, democraticamente, ele teria vindo provavelmente da mesma forma,

discutido com todos os segmentos daquela instituição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- (Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CARLOS STÜPP	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PAULO FRANÇA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Temos 23 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria.

Conforme acordo, encerraremos a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h49, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.